



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6331/2023

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1. O atual sistema de climatização do edifício sede do Coren-SP (sistema central Chiller Hitachi) está obsoleto, porque foi instalado no prédio desde a entrada em funcionamento deste (1974), estando os seus equipamentos próximos do término de sua vida útil, estimada em 50 anos pela área demandante (GEAD).

1.2. Em dezembro/2023, 4 compressores queimaram e desde então foram submetidos a processos de retífica, sem garantia, contudo, de que seu funcionamento seja retomado. E, ainda que o seja, não há garantia plausível de que perdure por médio ou longo prazo. Também estão em estado de degradação avançado diversos outros componentes do sistema.

1.3. O reparo do atual sistema mediante substituição de seus principais equipamentos, incluindo parcela predominante de seus componentes, como prumadas em todos os andares do edifício, exigiria intervenções que, além de altamente onerosas, poderiam prejudicar o funcionamento regular do prédio, com longo período de execução e alto risco de interrupção no funcionamento de seus pavimentos.

1.4. Nesse cenário, as deteriorações e perdas de funcionalidades ocorridas no sistema atual têm impactado diretamente na climatização de ambientes internos ao edifício, que deve ocorrer de acordo com os padrões previstos na Lei 13.589/2018 e regulamentados pela Resolução ANVISA 09/2003.

1.5. Ademais, a climatização em parâmetros eventualmente inadequados pode ensejar riscos de ordem trabalhista, previdenciária e sanitária para o Coren-SP e seus agentes públicos.

1.6. Considerando essa situação excepcional, a área demandante (GEAD), a partir de posicionamentos fornecidos sobre o *status* do atual sistema pela empresa contratada para manutenção preventiva e corretiva (conforme Pregão Eletrônico 15/2022 e Contrato 13/2022), entende ser prioritária e urgente a necessidade de implantação de novo sistema, entendimento confirmado pela equipe de planejamento.

1.7. Portanto, em síntese, a contratação é necessária, prioritária e urgente: **a)** para adequada climatização de ambientes no edifício, com regular conforto térmico e redução de despesas com manutenção preventiva e corretiva; **b)** por oposição, a não contratação poderá ensejar custos elevados com manutenção corretiva, elevado consumo de energia elétrica, baixo rendimento térmico, o enfrentamento de sucessivas interrupções no funcionamento do atual sistema, além de ensejar maiores riscos de descumprimento da legislação aplicável.

2. ALINHAMENTO AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

2.1. A contratação está em consonância, conforme entendimento da equipe de planejamento, com o Plano Anual de Compras e Contratações – PACC referente ao ano de 2024, em especial com o ID 47, que diz respeito à *“aquisição de equipamentos de refrigeração”* para atendimento às necessidades de adequação das respectivas infraestruturas no edifício sede e na unidade Coren-Educação.

2.2. Vale contextualizar que essa linha do PACC havia sido inicialmente planejada pela área demandante, considerando as necessidades crescentes de manutenção dos sistemas de ar condicionado nessas duas unidades, de modo que estava originalmente focada na manutenção dos correspondentes sistemas.

2.3. Contudo, após sucessivas falhas de funcionamento que ensejaram a paralisação e interrupção progressivas do sistema de climatização no edifício sede, tal situação excepcional justifica o realinhamento do planejamento e das respectivas táticas de execução.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

2.4. Portanto, a modificação programática e tática ocorrida quanto ao planejamento inicial previsto no PACC se justifica em razão das atuais circunstâncias excepcionais, que demandam soluções não apenas céleres, mas também eficientes e duradouras.

3. ANÁLISE DE CONTRATAÇÕES ANTERIORES

3.1. Não há registro da contratação no Coren-SP de projetos para instalação de sistema de ar condicionado no edifício sede, pois o atual sistema já se encontrava instalado quando houve a aquisição do prédio por este Conselho Profissional.

3.2. Até então, o Coren-SP havia contratado serviços de manutenção do atual sistema e a última contratação desses serviços ocorreu por meio do Contrato 13/2022.

4. PRINCIPAIS NORMAS QUE DISCIPLINAM OS SERVIÇOS

4.1. Os serviços de engenharia objeto da contratação deverão observar, quando de sua prestação, a legislação aplicável, que compreende atos normativos da União, do Estado de São Paulo e do Município de São Paulo quanto à prestação de atividades de engenharia consultiva e elaboração de projetos de engenharia; à execução de obras públicas e realização de montagem, teste, pré-operação e instalação de sistemas de climatização; e aos padrões de funcionamento adequado de sistemas de ar condicionado.

4.2. Integram a legislação aplicável, em especial, os atos normativos elencados abaixo (rol exemplificativo):

- Lei Federal 3.589/2018 – trata da manutenção de instalações e equipamentos de sistemas de climatização de ambientes;
- Decreto Estadual 63.911/2018 – aprova regulamento de segurança contra incêndio das edificações no Estado de São Paulo;
- Código de Obras e Edificações do Município de São Paulo, instituído pela Lei Municipal 16.642/2017 e regulamentado pelo Decreto Municipal 57.776/2017;
- Lei Federal 14.133/2021, especialmente quanto aos projetos básico e executivo e à licitação, contratação, execução e fiscalização de atividades de montagem, teste, pré-operação e implantação de máquinas e equipamentos;
- Lei Federal 12.305/2010 - trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Decreto 7.983/2013 - estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia;
- Resolução ANVISA 09/2003 – trata dos padrões referenciais de qualidade do ar interior em ambientes climatizados artificialmente de uso público e coletivo;
- Resolução CONAMA 491/2018 – Padrões de qualidade do ar;
- Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde do Trabalho editadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em especial, a NR 17 – trata de padrões mínimos de climatização em ambientes de trabalho;
- Portaria 3.523/1998 do Ministério da Saúde - trata da verificação da qualidade do ar de interiores para prevenção de riscos à saúde dos ocupantes de ambientes climatizados;
- NBR ABNT 16401-1 (instalações de ar condicionado - sistemas centrais e unitários): Parte 1 (projetos das instalações); Parte 2 (Parâmetro de conforto térmico); e Parte 3 (Qualidade do ar interior);
- NBR ABNT 16401-2 (instalações de ar-condicionado – sistemas centrais e unitários – Parte 2- parâmetros de conforto térmico);



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- NBR ABNT 16401-3 (instalações de ar-condicionado – sistemas centrais e unitários – Parte 3 – qualidade do ar interior);
- NBR ABNT – 1021 (medições de temperatura em condicionamento de ar);
- NBR ABNT 13971 – Sistemas de refrigeração, condicionamento de ar, ventilação e aquecimento;
- NBR ABNT 5410 – Instalações elétricas de baixa tensão;
- NBR ABNT 6146 – Invólucro de equipamentos elétricos – Proteção;
- NBR ABNT 7034 – Materiais isolantes elétricos – classificação;
- NBR ABNT 1015 1 – Acústica: avaliação do ruído em áreas habitadas, visando o conforto da comunidade – Procedimentos;
- NBR ABNT 10152 – Níveis de ruído para conforto acústico;
- NBR ABNT 13531 – Elaboração de projetos e edificações – Atividades Técnicas;
- atos normativos pertinentes à elaboração de projetos de engenharia editados pelo sistema CONFEA/CREA-SP;
- Norma 03/2003 (RENABRAVA) da Associação Brasileira de Refrigeração, Ar Condicionado, Ventilação e Aquecimento – ABRAVA – trata dos sistemas de condicionamento de ar para conforto – parâmetros de conforto térmico;
- Protocolo de Montreal sobre a proteção da camada de ozônio, promulgado por meio do Decreto 99.280/1990.

4.3. Supletivamente, nos casos em que porventura se verificar eventual lacuna na legislação aplicável, deverão ser consideradas, se for o caso, normas editadas por entidades internacionais reconhecidas como referências técnicas para os serviços, e/ou as recomendações de fabricantes dos equipamentos e materiais que integrarão o novo sistema de ar condicionado.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

5.1. Principal premissa: soluções disponíveis no mercado quanto a sistemas de ar condicionado, que atendam à necessidade de prover climatização adequada em ambientes internos de um mesmo edifício, com menor impacto possível sobre as atividades nele exercidas, pois a instalação do novo sistema deverá ocorrer com o prédio da sede em uso.

5.2. Deverá contemplar também a remoção do atual sistema e a retirada segura e ambientalmente adequada de seus componentes, após a entrada em operação do novo sistema.

5.3. O primeiro ponto a ser analisado é se a solução contemplaria a execução dos projetos de engenharia (serviços de engenharia consultiva) ou se também contemplaria, de forma integrada ou semi-integrada, a execução da obra ou a montagem e instalação do novo sistema.

5.4. Optou-se pela contratação dos projetos básico e executivo, prévia e separadamente dos serviços de instalação, em razão das seguintes justificativas:

- neste momento, o Coren-SP não possui em seu quadro de pessoal profissionais especializados em engenharia mecânica, elétrica e sistemas de climatização;
- o atual sistema, que se encontra obsoleto, não foi implementado sob demanda do Coren-SP, pois, quando adquiriu o prédio onde funciona a sua sede, tal sistema já estava instalado;
- o edifício teve sua construção finalizada em 1974, de forma que suas estruturas, espaços e





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

instalações podem não estar devidamente adaptados para pronta instalação de novo sistema, sem que sejam previstas e dimensionadas, com a menor margem de risco possível, as intervenções porventura necessárias nas estruturas prediais, elétricas, mecânicas, entre outras, para viabilizar a implantação do novo sistema;

- diante do cenário acima, os projetos básico e executivo são necessários para determinar a viabilidade/vantajosidade e pormenorizar qual tipo de sistema de climatização poderá ser implementado, ou seja, qual será a solução técnica a ser adotada;

- portanto, como não está definida a solução aplicável ao novo sistema, definição que ocorrerá por meio dos projetos de engenharia, entende-se pela segregação do objeto em duas contratações: a primeira dos projetos de engenharia e a segunda de instalação do novo sistema;

- tal formato de contratação, com prestadores distintos dos serviços de engenharia consultiva e de execução da implementação do novo sistema, permite a alocação no objeto da contratação de serviços de assessoramento à licitação/contratação e à fiscalização dos serviços de instalação, de modo a subsidiar tecnicamente as ações a serem tomadas pela fiscalização do Coren-SP quando da implantação do sistema.

5.5. Seguindo em nossa análise, devido à obsolescência do atual sistema, entende-se que a solução (projetos de engenharia) deverá contemplar, preferencialmente, a análise de viabilidade da implantação de subsistemas de climatização individualizados por andares, obrigatoriamente, de modo que cada andar do edifício sede com climatização artificial deverá ter seu subsistema de ar condicionado.

5.6. Essa forma de solução, em princípio, propiciaria melhor gerenciamento de riscos, porque, no caso de interrupção parcial ou total no funcionamento de um subsistema, não haveria interrupção do funcionamento dos demais. Além disso, os trabalhos de manutenção seriam facilitados. E, no caso de sua manutenção ser eventualmente prolongada, haveria possibilidade de realocação de pessoal, até que a situação seja resolvida.

5.7. Por esses motivos, nos projetos básico e executivo, deverá ser preferencialmente avaliada a viabilidade de implantação de sistema composto de subsistemas de climatização por Fluxo Variável dos Refrigerantes – VRF, que, em princípio, ensejaria as seguintes vantagens:

- baixos níveis de ruído;
- eficiência energética: o sistema VRF é altamente eficiente quanto ao consumo de energia elétrica, pois ajusta automaticamente a capacidade de resfriamento ou aquecimento, de acordo com a demanda do ambiente, ensejando redução do consumo de energia elétrica, se comparados os seus padrões aos dos demais sistemas convencionais de climatização;
- sistema inteligente: o sistema VRF (com automação) é equipado com recursos de detecção de falhas, que monitoram constantemente seu funcionamento, permitindo identificar anormalidades e possíveis de problemas de funcionamento, facilitando a manutenção preventiva;
- opera em diferentes modos: resfriamento, aquecimento, desumidificação e ventilação;
- podem ser utilizados diversos modelos de evaporadoras, incluindo *built-in* (sistema dutado).

5.8. Caso os projetos de engenharia demonstrem a viabilidade da instalação de sistema VRF, deverão indicar se a sua instalação poderá ser procedida por empresas especializadas ou somente por empresas especializadas credenciadas perante os fabricantes dos equipamentos, para fins de licitação/contratação da instalação pelo Coren-SP.

5.9. Vale ressaltar que, no terceiro andar do edifício, já estão em funcionamento equipamentos do tipo VRF, instalados em virtude da última reforma de tal pavimento, devendo esses equipamentos, se



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

comprovada a viabilidade nos projetos, serem integrados no subsistema do pavimento, como parte do novo sistema.

5.10. Caso a instalação de sistema VRF seja analisada nos projetos como não viável ou não vantajosa, o projeto básico deverá necessariamente contemplar a indicação de outro tipo de sistema cuja implantação seja viável e vantajosa no edifício.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. Contratação de serviços comuns de engenharia consultiva para elaboração dos projetos de instalação de novo sistema de climatização no edifício sede do Coren-SP, contemplando as fases de elaboração dos projetos básico e executivo, bem como de assessoramento à licitação/contratação e à fiscalização dos serviços de montagem, testes, pré-operação e instalação do novo sistema.

6.2. O objeto corresponde a atividades profissionais privativas das profissões de engenheiro, conforme Lei 5.194/1996.

6.3. O objeto corresponde a **serviços de engenharia** (art. 6º, XXI, da Lei 14.133/2021), do tipo **serviços de engenharia consultiva**.

6.4. Os serviços de engenharia contemplados no objeto são de **natureza comum** (art. 6º, XXI, “a”, da Lei 14.133/2021), o que autoriza sua contratação por licitação na modalidade pregão eletrônico, com adoção de critério de julgamento pelo menor preço.

6.5. Não se trata de **serviços de engenharia de grande vulto** (art. 6º, XXII, da Lei 14.133/2021).

6.6. Trata-se de serviços **não contínuos** que serão contratados **por escopo**, portanto, não haverá dedicação de mão de obra exclusiva na forma do art. 6º, XVI, da Lei 14.133/2021, que se aplica somente às contratações de serviços contínuos.

6.7. Quanto ao regime de execução, será o de **empreitada por preço global** (arts. 6º, XXIX, e 46, II, da Lei 14.133/2021), com execução dos serviços por preço certo e total. Dessa forma, a remuneração da contratada será estabelecida com base no preço global da proposta, com medições por etapa concluída.

6.8. Ocorrerão duas contratações: esta primeira, correspondente aos serviços de engenharia consultiva para elaboração dos projetos, com posterior execução dos serviços de assessoramento à licitação/contratação e à fiscalização quando da instalação do sistema; e, outra, posteriormente, para execução da instalação propriamente dita.

6.9. A aplicação do regime de empreitada por preço global se justifica pelos seguintes motivos:

- há cabimento em função do objeto, que compreende serviços comuns de engenharia, com alto nível de precisão em suas especificações e quantitativos, com mínima margem de incerteza;
- trata-se, entre os regimes de execução disponíveis, daquele que enseja menores riscos para o contratante quanto aos quantitativos a serem executados nas etapas de elaboração dos projetos;
- pressupõe a obtenção de projetos de elevada qualidade, que forneçam, quando da contratação dos serviços de instalação, os elementos necessários, adequados e suficientes para elaboração de proposta fidedigna;
- enseja que o projeto básico contenha orçamento detalhado do custo global dos serviços de montagem e instalação do novo sistema, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados (art. 6º, XXV, “f”, da Lei 14.133/2021);
- autoriza avaliação de exequibilidade por preço global da proposta (art. 46, § 9º, da Lei 14.133/2021);



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- autoriza a medição dos serviços e remuneração da contratada conforme execução das etapas do cronograma da contratação, vinculadas ao cumprimento das metas de resultado (art. 46, § 9º, da Lei 14.133/2021);
- enseja menores custos para a Administração Pública na fiscalização dos serviços e de seus quantitativos;
- valor final da contratação, decorrente da proposta, é, em princípio, fixo;
- incentiva o cumprimento de prazos, pois a remuneração da contratada é atrelada ao cumprimento das distintas etapas da contratação;
- é o regime mais indicado para a contratação de serviços de engenharia consultiva (estudos e projetos).

6.10. O projeto básico deverá atender aos requisitos previstos no inciso XXV do art. 6º da Lei 14.133/2021, bem como conter os produtos e exigências previstos no Anexo II deste ETP – Memorial Descritivo.

6.11. Será antecedido pela elaboração de anteprojeto pela contratada, no qual será indicada a solução técnica viável e mais vantajosa para implantação do novo sistema de ar condicionado, a qual, após aprovação pelo Coren-SP, deverá ser desenvolvida no projeto básico.

6.12. Os projetos básico e executivo deverão contemplar a retirada, após a entrada em operação do novo sistema, dos maquinários e equipamentos do atual sistema, de forma segura e ambientalmente adequada.

6.13. O projeto executivo deverá atender aos requisitos previstos no inciso XXVI do art. 6º da Lei 14.133/2021, bem como conter os produtos e exigências previstos no Anexo II – Memorial Descritivo, em especial:

- desenhos/plantas e detalhamentos;
- quadro de composição do BDI;
- detalhamento dos encargos fiscais e sociais sobre mão de obra, inclusive se será o caso ou não de desoneração fiscal da folha de pagamento;
- planilha orçamentária;
- cronograma físico-financeiro;
- composições analíticas auxiliares;
- insumos;
- Tabela ABC;
- Curva ABC.

Assessoramento

6.14. Após a entrega dos projetos básico e executivo, a contratação compreenderá atividades de assessoramento ao Coren-SP quando: **a)** da licitação dos serviços de montagem e instalação do novo sistema de climatização; e, **b)** da execução dos referidos serviços de montagem e instalação.

6.15. Na etapa a) acima, haverá exigência de prestação dos serviços consultivos por até 30 (trinta) dias, a serem prestados por responsável técnico da contratada (engenheiro mecânico), em quantitativo mínimo de 10 (dez) horas e máximo de 16 (dezesesseis) horas, a ser mensurado pela contratada e entregue no



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

respectivo mês de apuração ao Coren-SP para faturamento da parcela mensal prevista no subitem 9.4.

6.16. Na etapa b) acima, o assessoramento deverá ser coordenado por responsável técnico da contratada, engenheiro mecânico, para verificação técnica da licitação e da execução dos projetos de engenharia elaborados. Eventual substituição do responsável técnico pela contratada deverá ser comunicada ao Coren-SP com até 5 (cinco) dias de antecedência, salvo se ocorrer situação excepcional devidamente justificada ao fiscal da contratação.

6.17. A contratada deverá realizar inspeção dos serviços no local de sua execução (edifício sede do Coren-SP), por meio de seu responsável técnico (engenheiro mecânico), com frequência mínima de 1 (uma) visita por semana, acompanhado do preposto da contratada (mecânico em refrigeração) e do fiscal do contrato, devendo o agendamento de cada data ser previamente acordo com a fiscalização do contrato. A contratada será responsável por elaborar relatório técnico referente à inspeção e entregá-lo à fiscalização do Coren-SP no prazo de até 2 (dois) dias úteis após a sua realização.

6.18. Para inspeção *in loco*, na forma do subitem precedente, a quantidade total de visitas não poderá ser inferior a 9 (nove) nem superior a 17 (dezessete), devendo a respectiva medição ser entregue mensalmente pela contratada para recebimento pelo Coren-SP e faturamento da parcela prevista no subitem 9.14.

6.19. A contratada deverá realizar a supervisão local da execução dos serviços de montagem e instalação do novo sistema de ar condicionado, por meio de preposto (mecânico em refrigeração), que deverá monitorar o andamento da obra, reportando sua evolução ao responsável técnico da contratada e, quando for o caso, à fiscalização do Coren-SP.

6.20. O monitoramento a ser realizado por preposto da contratada (mecânico em refrigeração), na forma do subitem precedente, não poderá ser inferior a 440 horas nem exceder a quantidade de 704 horas, devendo a respectiva medição ser entregue mensalmente pela contratada para recebimento pelo Coren-SP e faturamento da parcela prevista no subitem 9.14.

6.21. Caberá à contratada a emissão de relatórios mensais, a serem entregues à fiscalização da contratação, atualizando o Coren-SP sobre o andamento das atividades de instalação e montagem do novo sistema, inclusive sobre quaisquer eventos que possam ocasionar atraso de cronograma ou elevação dos custos dos serviços.

6.22. Caberá também à contratada a certificação da instalação do novo sistema de climatização, por meio dos testes necessários para verificação (pré-operação e operação) de seu funcionamento adequado. Concluída a fase de testes, a contratada deverá emitir o certificado de conclusão de conformidade.

6.23. Demais aspectos referentes aos serviços estão descritos e pormenorizados nos Anexos I – Planilha Orçamentária, II – Memorial Descritivo e III – Planta de andar com rede de duto atual.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos necessários ao atendimento da necessidade

7.1. Quanto à participação na licitação: pessoas jurídicas constituídas sob qualquer tipo societário legalmente admitido para exercício de atividades consultivas de engenharia, não sendo admitida a participação de MEI – Microempreendedor Individual, que não pode exercer atividades de engenharia.

7.2. Não deverá ser exigida, na licitação, reservas de participação ou contratação de microempresas ou empresas de pequeno porte, não se aplicando o disposto no art. 48 da Lei Complementar 123/2006, pois o valor estimado da contratação é superior a R\$ 80 mil e o objeto não possui natureza divisível.

7.3. Quanto aos requisitos de capacidade técnica, serão exigidos:





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- registro da licitante perante o Conselho Profissional competente (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA);
- atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante tenha elaborado projeto de engenharia referente à implantação de sistema de climatização em edifício, com, pelo menos, 5 (cinco) pavimentos/andares e com abrangência de tal sistema sobre área de, pelo menos, 2.181,37 metros quadrados;
- quanto ao requisito previsto no item anterior, o atual sistema de climatização abrange pavimento térreo, com área de 314,59 metros quadrados; os pavimentos do primeiro ao oitavo andar, sendo que cada andar compreende área de, aproximadamente, 496 metros quadrados; e o pavimento do nono andar, que abrange espaço de convivência com, aproximadamente, 80,15 metros quadrados; portanto, a área total abrangida pelo atual sistema de climatização é de, aproximadamente, 4.362,74 metros quadrados;
- indicação de responsável técnico, engenheiro mecânico, devidamente registrado perante o Conselho Profissional competente (CREA).

7.4. Quanto à planilha de custos e formação de preços:

- nos valores propostos deverão estar incluídos todos os custos operacionais, encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;
- na composição de preços unitários, a licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra e serviços;
- todos os dados informados pela licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida;
- a composição do BDI, detalhando todos os seus componentes, em valores nominais como também sob a forma de percentual, deverá observar as seguintes premissas:
 - a) as alíquotas de tributos cotadas pela licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária;
 - b) os tributos considerados de natureza direta, como o IRPJ e a CSLL, não deverão ser incluídos no BDI (art. 9º, II, do Decreto 7.893/2013 e Súmula TCU 254);
 - c) os licitantes sujeitos ao regime não cumulativo de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração dessas contribuições, comprovando que os percentuais adotados na taxa de BDI correspondem à média das alíquotas efetivas apuradas em virtude do direito de compensação ou desconto dos créditos previsto no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, conforme orientações do TCU sobre o tema;
 - d) as licitantes optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis com as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida no Anexo IV da Lei Complementar 123/2006.

7.5. Quanto à vistoria prévia do edifício sede, será imprescindível para conhecimento do objeto, devendo-se assegurar às licitantes o direito à realização da vistoria ou se exigir a apresentação de declaração de conhecimento do objeto.

7.6. Quanto à garantia de execução contratual, deverá ser exigida, como medida acessória em prol do integral adimplemento da execução contratual, em montante de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, na forma do art. 98 da Lei 14.133/2021.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

7.7. Será admitida a subcontratação do objeto, apenas quanto aos serviços a serem desempenhados por engenheiro eletricista e por engenheiro civil, observadas as exigências a serem previstas a respeito no Termo de Referência. A possibilidade de subcontratação se justifica porque os serviços passíveis de subcontratação não são os quantitativos mais relevantes da contratação e porque, com essa medida, busca-se mitigar os riscos de licitação deserta ou fracassada e, ainda, os riscos de inexecução quando da execução contratual.

7.8. A contratada deverá elaborar e entregar, de acordo com a legislação aplicável, os projetos básico e executivo, contemplando, em seu conteúdo, os aspectos técnicos para planejamento, precificação, execução e gestão da obra e dos serviços de montagem, teste, pré-operação e instalação do novo sistema de climatização, sendo-lhe imputada responsabilidade contratual, exclusiva e integral, por quaisquer defeitos ou falhas nos projetos e demais serviços contemplados no objeto que configurem inadimplemento parcial ou total, os quais deverão ser prontamente sanados, independentemente de comunicação formal a respeito, exceto se decorrerem de fato imputável exclusivamente ao Coren-SP.

7.9. Os projetos básico e executivo deverão observar a Lei 14.133/2021, quanto aos respectivos requisitos obrigatórios (art. 6º, XXV e XXVI) e aos produtos exigidos no Anexo II – Memorial Descritivo, bem como as normas técnicas vigentes editadas pelo sistema CONFEA-CREA/SP e pela ABNT, devendo seu conteúdo consubstanciar conjunto expresso de informações técnicas necessárias e suficientes para posterior precificação, licitação, contratação, execução, gestão e fiscalização das atividades de montagem, teste, pré-operação e instalação do novo sistema de climatização, contendo, de forma clara, precisa e completa, todas as especificações construtivas e quantitativos de materiais, serviços, mão de obra, máquinas, equipamentos, entre outros, para a execução dos projetos contratados.

7.10. Quanto à parcela dos serviços a ser executada no edifício sede, para vistoria, inspeção e avaliação de projetos, áreas, instalações, maquinários e equipamentos, a contratada será exclusiva e integralmente responsável pelo fornecimento de equipamentos de proteção individual aos seus agentes, pela promoção e proteção de sua saúde e segurança no desempenho de suas funções profissionais e pelas despesas com transporte e locomoção de seus agentes.

7.11. A contratada deverá dimensionar em sua proposta todos os custos para execução do objeto dentro dos cronogramas da contratação, computando todos os custos diretos e indiretos necessários, incluindo tributos, remuneração de seus profissionais, encargos trabalhistas, previdenciários e sociais, despesas com transporte e locomoção para visitas *in loco* e fornecimento de equipamentos de proteção individual aos seus agentes, entre outros.

Requisitos operacionais e de projeto

7.12. Previstos nos Anexos I – Planilha Orçamentária, II – Memorial Descritivo e III – Planta de andar com rede de duto atual.

Natureza dos serviços e prazo de vigência da contratação

7.13. Os serviços objeto da contratação se configuram como não contínuos e contratados por escopo, na forma do art. 6º, XVII, da Lei 14.133/2021.

7.14. O prazo inicial de vigência da contratação será de 180 (cento e oitenta) dias contados de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado automaticamente, a critério e no interesse do Coren-SP, quando o seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, na forma do art. 111 da Lei 14.133/2021, respeitado o cronograma da contratação e os prazos máximos previstos em lei.

Critérios e Práticas de Sustentabilidade

7.15. Os seguintes critérios de sustentabilidade deverão ser observados na execução contratual e





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

correspondem à elaboração dos projetos básico e executivo:

- em consonância com o princípio do desenvolvimento nacional sustentável (art. 5º da Lei 14.133/2021), priorizando, na modelagem dos projetos, a utilização de serviços nacionais e de produtos manufaturados nacionais;
- em observância à Política Nacional de Resíduos Sólidos, inclusive quando for o caso de aplicação de logística reversa, devendo se considerar, como parte dos serviços de instalação do novo sistema:
 - a) após a entrada em funcionamento do novo sistema, a retirada de maquinários, equipamentos e demais componentes do atual sistema de climatização, os quais, caso não possam ser reutilizados, deverão ser retirados com segurança e de forma ambientalmente adequada;
 - b) durante as visitas realizadas no edifício, quaisquer materiais ou insumos utilizados pela contratada na realização de medições, avaliações, vistorias ou testes deverão ser adequadamente separados e retirados para posterior reutilização, reciclagem ou destinação final ambientalmente adequada, sob responsabilidade da contratada;
- em consonância com a Resolução CONAMA 307/2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, e à NBR ABNT 15112 – Resíduos da construção civil e resíduos volumosos – Áreas de transbordo e triagem – Diretrizes para projeto, implantação e operação;
- em linha com o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, conforme Decreto 9.863/2019, e, em especial, com as diretrizes referentes à elaboração de projetos básico e executivo referentes a sistemas de ar condicionado, previstas no Guia para Eficiência Energética nas Edificações Públicas, editado pelo Ministério das Minas e Energia¹;
- em conformidade ao Decreto 2.783/1998, que veda a aquisição, pela Administração Pública Federal autárquica, de produtos ou equipamentos que contenham ou façam uso das substâncias que destroem a camada de ozônio;
- em conformidade às normas ISO 14.000, referentes ao sistema de gestão ambiental;
- em atenção a medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme Decreto Estadual 48.138/2003.

Requisitos documentais

7.16. Entre os principais requisitos documentais a serem atendidos quando da execução contratual, destacam-se:

- previamente à emissão da ordem de início dos serviços, a contratada deverá comprovar:
 - a) se for o caso, visto ao registro de pessoa jurídica perante o CREA-SP, específico para execução de obras e serviços de engenharia, no caso de possuir domicílio fora do Estado de São Paulo, na forma do art. 1º, I, da Resolução CONFEA 413/1997;
 - b) Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, emitida pelo CREA-SP, específica para o objeto da contratação;
 - c) a garantia de execução contratual.
- atendidos os requisitos anteriores, o Coren-SP emitirá a ordem de início dos serviços;

¹ Disponível em: <https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/ee/publicacoes-e-estudos/GuiaDeEficienciaEnergeticaemEdificiosPblicos.pdf>





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- entrega, pela contratada, e recebimento/aprovação, pelo Coren-SP, sucessivamente, do anteprojeto, do projeto básico e do projeto executivo;
- prestação de serviços de assessoria ao Coren-SP nas atividades de licitação/contratação e fiscalização dos serviços de montagem, testes, pré-operação e instalação do novo sistema de climatização;
- durante a execução contratual, a contratada deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação, inclusive responsável técnico pelos serviços, devidamente habilitado;
- na execução dos serviços, a contratada deverá comprovar a alocação de profissionais de engenharia devidamente habilitados, capacitados, atualizados e com experiência na execução dos serviços.

7.17. Cronograma inicial de execução contratual

TABELA 1 - CRONOGRAMA GERAL DE EXECUÇÃO

AGENTES RESPONSÁVEIS	AÇÕES/ ETAPAS	PRAZOS	REMUNERAÇÃO DA CONTRATADA
Fiscais da contratação (GEAD), SAC/GCC e contratada	- Reunião Técnica Inicial: definição das ações e cronograma, em conformidade com o descrito no Anexo II (Memorial Descritivo). - Registro em ata com ciência e disponibilização de uma via assinada a cada uma das partes.	Em até 5 dias corridos contados da data de assinatura do contrato	Não aplicável.
Fiscais da contratação (GEAD), SAC/GCC e contratada	Entrega da documentação necessária para execução dos serviços. Apresentação dos documentos previstos no item 7.16 pela contratada. Emissão da ordem de início dos serviços pelo Coren-SP.	Em até 10 dias corridos contados da assinatura do contrato, prorrogáveis a critério do Coren-SP enquanto não cumpridos os requisitos documentais pela contratada. Atraso reiterado poderá justificar descontos posteriores na remuneração da contratada ou a avaliação da aplicação de sanções administrativas.	Não aplicável.
Para as atividades a seguir (↓) ver detalhamento no Anexo II – Memorial Descritivo.			
AGENTES RESPONSÁVEIS	PROJETOS, PRAZOS E REMUNERAÇÃO DA CONTRATADA		
Fiscais da contratação (GEAD), SAC/GCC e contratada	ETAPA 01 – Anteprojeto e Projeto básico – Até 15 dias contados da emissão da ordem de início – Até 28,94% do valor global proposto pela contratada.		
	ETAPA 02 – Projeto Executivo – Até 15 dias contados da aprovação final do Projeto Básico – Até 22,93% do valor global proposto pela contratada.		
	ETAPA 03 – Assessoramento na licitação e à fiscalização do Coren-SP, quanto à posterior contratação da montagem e instalação do novo sistema em linha com os Projetos Básico e Executivo – Período restante da vigência contratual, entre a aprovação final do Projeto Executivo e a entrada em operação do novo sistema, compreendendo até 30 dias na licitação e o restante do período entre o início e o término da execução da montagem e instalação do novo sistema, até a sua efetiva entrada em operação – Até 48,13% do valor global proposto pela contratada,		





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

observado o disposto no subitem 9.4.

7.18. Cada etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços estiverem executados em sua totalidade e forem formalmente recebidos pelo Coren-SP, observado o disposto no subitem 9.4.

7.19. Revisões nos projetos formalmente solicitadas pelo Coren-SP deverão ser concluídas no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da solicitação, admitindo-se sua prorrogação mediante solicitação e justificativa fundamentada da contratada e aprovação do Coren-SP.

Assessoramento

7.20. Atividades consultivas formalmente solicitadas pelo Coren-SP na etapa de assessoramento deverão ser concluídas, quando não necessário comparecimento ao edifício, nos seguintes prazos, admitindo-se sua prorrogação mediante solicitação e justificativa fundamentada da contratada e aprovação do Coren-SP: a) um dia útil – no caso de alta urgência (evento que cause interrupção da obra/instalação e prejuízos ao Coren-SP); b) dois dias úteis – no caso de média urgência (evento que enseje risco de interrupção da obra/instalação); c) até cinco dias úteis – no caso de baixa urgência (demais eventos).

7.21. Havendo necessidade de assessoramento mediante atendimento presencial no edifício, o comparecimento de agente da contratada deverá ocorrer nos seguintes prazos: a) duas horas - alta urgência (evento que cause interrupção da obra/instalação ou risco à saúde ou segurança de pessoas); b) vinte e quatro horas – média urgência (evento que cause risco de interrupção da obra/instalação); c) até cinco dias úteis – baixa urgência (demais eventos).

Transição Contratual

7.22. Deve-se considerar que, após a aprovação dos projetos básico e executivo, o Coren-SP deverá realizar procedimento licitatório para contratação dos serviços de implementação do novo sistema de climatização do edifício sede, compreendendo a montagem, teste, pré-operação e instalação do sistema (e a remoção do atual sistema, após entrada em operação do novo), cuja licitação e execução legitimarão a prestação dos serviços de assessoramento contemplados no objeto.

7.23. Quando da licitação/contratação da instalação, o Coren-SP deverá avaliar, a partir dos subsídios solicitados à contratada para consultoria, se a implementação do novo sistema de ar poderá ser contratada em conjunto com a oferta de garantia de funcionamento do sistema como um todo, isto é, compreendendo serviços de manutenção preventiva e corretiva, ou se esses serviços deverão ser contratados separadamente, para serem prestados após a entrada em funcionamento do novo sistema.

8. ESTIMATIVAS DE QUANTIDADE

8.1. Os quantitativos estimados para a contratação encontram-se pormenorizados no Anexo I – Planilha Orçamentária, na Planilha Analítica.

8.2. Quanto aos critérios utilizados para sua definição, correspondem, em sua parcela predominante, aos custos de mão de obra de serviços de engenharia consultiva ou atividades profissionais correlatas, conforme consolidados na tabela abaixo:

Código SINAPI	Profissionais	Unidade de medida	Quantitativos
Não localizado: valor da mão de obra com encargos sociais foi estimado conforme planilha "MOB Engenheiro Mecânico e Engenheiro Eletricista", integrante do Anexo I.	Engenheiro Mecânico	Hora	104 (ETAPA 1 – PROJETO BÁSICO) 58 (ETAPA 2 – PROJETO EXECUTIVO) 84 (ETAPA 3 – ASSESSORAMENTO) 246 (TOTAL)





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Não localizado: valor da mão de obra com encargos sociais foi estimado conforme planilha "MOB Engenheiro Mecânico e Engenheiro Eletricista", integrante do Anexo I.	Engenheiro Eletricista	Hora	48 (ETAPA 1 – PROJETO BÁSICO) 28 (ETAPA 2 – PROJETO EXECUTIVO) 76 (TOTAL)
90779	Engenheiro civil de obra sênior com encargos complementares – Não desonerado	Hora	28 (ETAPA 1 – PROJETO BÁSICO) 16 (ETAPA 2 – PROJETO EXECUTIVO) 44 (TOTAL)
100308	Mecânico de refrigeração com encargos complementares – Não desonerado	Mês	4 (ETAPA 3 – ASSESSORAMENTO)
88255	Auxiliar técnico em engenharia – Orçamentista – Não desonerado	Hora	104 (ETAPA 2 – PROJETO EXECUTIVO)

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. Os custos unitários e a composição do BDI estão discriminados no Anexo I – Planilha Orçamentária.

9.2. Em conformidade ao Anexo I – Planilha Orçamentária, o valor estimado para a contratação é de **R\$ 107.051,10** (cento e sete mil, cinquenta e um reais e dez centavos), com percentual de BDI estimado em 31,64%.

9.3. A remuneração da contratada ocorrerá conforme aprovação de cada etapa do cronograma da contratação pelo Coren-SP, da seguinte forma: a) ETAPA 1 – PROJETO BÁSICO, até **28,94%** do valor global proposto pela contratada; b) ETAPA 02 – PROJETO EXECUTIVO, até **22,93%** do valor global proposto pela contratada; c) ETAPA 03 – ASSESSORAMENTO, até **48,13%** do valor global proposto pela contratada.

9.4. Quanto à remuneração da ETAPA 03 – ASSESSORAMENTO, a título de adiantamento do pagamento, a contratada fará jus ao recebimento de **7%**, por mês, do valor global proposto, devendo o saldo remanescente (48,13% menos valor já pago pela etapa 03), ser pago quando da conclusão dos serviços, com a efetiva entrada em funcionamento do novo sistema de ar condicionado.

10. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (SE APLICÁVEL)

10.1. Justificativas referentes à contratação com segregação das etapas de engenharia consultiva e de implantação encontram-se previstas no subitem 5.4.

10.2. Quanto ao não parcelamento do objeto (elaboração dos projetos básico e executivo e execução das atividades de assessoramento), entende-se que os serviços deverão ser prestados por um mesmo prestador, sob as seguintes justificativas:

- trata-se de serviços com similaridade em suas características e especificações, de forma que a sua execução em conjunto tem aptidão para ensejar a obtenção de preços mais vantajosos para o Coren-SP bem como melhor concatenação entre cada etapa dos serviços;
- o fracionamento implicaria, além da realização de mais de um procedimento licitatório, em desnecessário aumento da complexidade dos procedimentos de fiscalização contratual, pois caberia à fiscalização do Coren-SP promover a interlocução entre as contratadas, exigir a manutenção dos níveis





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

dos serviços e administrar o cronograma de execução dos contratos;

- o parcelamento poderia ensejar a assunção de significativos riscos pelo Coren-SP quanto ao cronograma de elaboração dos projetos;
- o projeto executivo deve consistir no desenvolvimento do projeto básico, assim, sua contratação separada implicaria em relevante risco de perda do conhecimento técnico adquirido na elaboração do projeto básico;
- o parcelamento implicaria em redução da escala econômica do objeto.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

11.1. Encontra-se vigente o Contrato 13/2022, que tem por objeto a prestação de serviços de manutenção do atual sistema de climatização no edifício sede.

11.2. No planejamento da contratação da instalação do novo sistema, deverá se justificar expressamente se a contratação abrangerá serviços de manutenção, ou se tais serviços deverão ser contratados separadamente.

11.3. Previamente à entrada em funcionamento do novo sistema de ar condicionado, deverão ser adotadas medidas para extinção do Contrato 13/2022, caso não tenha sido anteriormente extinto.

12. INDICADORES PARA AFERIÇÃO DA QUALIDADE ESPERADA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. O principal indicador a ser considerado consistirá na execução contratual em conformidade ao cronograma da contratação, cabendo à fiscalização do contrato, na forma do Instrumento de Medição de Resultados, anexo que deverá constar do Termo de Referência, efetuar as medições do adimplemento contratual, devendo serem estabelecidas regras de remuneração variável da contratada vinculada ao seu desempenho e aos prazos de entrega, na forma do art. 144 da Lei 14.133/2021.

12.2. Como o prosseguimento da execução contratual dependerá da aprovação, pelo Coren-SP, de cada uma de suas etapas (projeto básico, projeto executivo e assessoramento), as medições também servirão para subsidiar a aprovação dos serviços, ou para amparar pedidos de revisão, de forma que a remuneração da contratada será atrelada, proporcionalmente, na forma do cronograma geral de execução, à conclusão de cada etapa do objeto.

13. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

13.1. Obtenção de projetos de engenharia e de serviços consultivos de engenharia suficientemente adequados e detalhados para que:

- seja analisada e pormenorizada a solução técnica viável e mais vantajosa para implantação de novo sistema de climatização no edifício sede;
- o Coren-SP possa efetuar a precificação, licitação e a contratação dos serviços de montagem e instalação de novo sistema de ar condicionado;
- a instalação do novo sistema possa ocorrer com preservação do uso e funcionamento do edifício, com máxima proteção e garantia da saúde e segurança de todas as pessoas que frequentam o prédio e dos trabalhadores que atuarão na instalação;
- seja definido se a contratação dos serviços de instalação poderá incluir garantia de funcionamento ou se, quando da entrada em operação do novo sistema, deverão ser contratados serviços de manutenção, separadamente;
- seja definida e pormenorizada a solução para retirada dos maquinários, equipamentos e peças componentes do atual sistema de climatização, após entrada em operação do novo sistema;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- especifique os desenhos, estruturas, infraestruturas, maquinários, equipamentos, peças e materiais do novo sistema;
- contenha especificação e pormenorização do custo dos serviços de montagem e instalação do novo sistema, bem como dos respectivos quantitativos, preços, métodos e prazos, inclusive cronograma físico-financeiro.

13.2. Prestação de assessoramento, quando da licitação/contratação e fiscalização dos serviços de montagem e instalação do novo sistema.

13.3. Proporcionar, ao final, com a implantação do sistema, melhoria na qualidade dos ambientes de trabalho, com obtenção de climatização no edifício em padrões compatíveis com a legislação vigente.

14. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO COREN-SP

14.1. Como a contratação diz respeito a atividades de engenharia consultiva, sua parcela mais relevante será desenvolvida pela contratada fora das instalações do Coren-SP.

14.2. Contudo, deverá ser exigida na licitação a realização de vistoria, bem como deverão ser exigidas, quando da execução do contratual, para elaboração dos projetos básico e executivo, e para execução das atividades de assessoramento, inspeções *in loco* obrigatórias de responsabilidade da contratada – conforme Anexo II – Memorial Descritivo - sendo autorizadas inspeções facultativas, para verificação de projetos, espaços e instalações do edifício e respectivas estruturas e infraestruturas.

15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO (SE APLICÁVEIS)

15.1. As atividades integrantes do objeto são de natureza consultiva e intelectual, de modo que, diretamente, não têm aptidão para ensejar impactos ambientais relevantes.

15.2. Além disso, os projetos de engenharia deverão se orientar pelos critérios de sustentabilidade previstos no subitem 7.15 acima.

15.3. Por fim, os projetos de engenharia deverão indicar as licenças, outorgas e autorizações exigidas pelo Poder Público (federal, estadual ou municipal), inclusive ambientais, necessárias para execução dos serviços de montagem e instalação do novo sistema, as quais deverão ser exigidas quando da licitação/contratação da prestadora dos referidos serviços.

16. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1. A contratação deverá ser amparada sob o elemento de despesa 6.2.2.1.2.44.90.51.002 – Obras em andamento.

17. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

17.1. Com fundamento no conteúdo deste ETP, salvo melhor entendimento, declaramos ser viável a contratação e necessária a sua consecução em caráter de máxima urgência e prioridade.

São Paulo, 07 de maio de 2024.

(página de assinaturas abaixo)



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Viviane Vanessa
de Sousa

Assinado de forma digital por
Viviane Vanessa de Sousa
Dados: 2024.05.07 17:33:14
-03'00'

Viviane Vanessa de Souza, Coordenadora, GEAD/Coren-SP, matrícula 539

Renato Christian
Garcia da Silva

Assinado de forma digital por
Renato Christian Garcia da Silva
Dados: 2024.05.07 18:24:39
-03'00'

Renato Christian Garcia da Silva, GEAD/Coren-SP, matrícula 949

Gregory Ratti

Assinado de forma digital por
Gregory Ratti
Dados: 2024.05.08 19:45:11 -03'00'

Gregory Ratti, Assessor II, SPC/GCC/Coren-SP, matrícula 1195

Brenda Marjorie
Gregoratto Lee

Assinado de forma digital por
Brenda Marjorie Gregoratto Lee
Dados: 2024.05.08 18:24:57 -03'00'

Brenda Marjorie Gregoratto Lee, Gerente/GCC/Coren-SP, matrícula 1222

Coren-SP | Agiliza - Processo número 6331/2023 (ID 166301) - Documento 232752.
Assinado eletronicamente por GREGORY RATTI, em 08/05/2024 19:53:15.



**CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM
CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO**

**Anexos do documento ID 232752
(Listagem gerada, automaticamente, pelo sistema)**

	Anexo ID	Tipo	Arquivo
1	179199	Anexos ETP	Anexo I - Planilha Orçamentária.pdf (Arquivo ID 796247)
2	179198	Anexos ETP	Anexo II - Memorial Descritivo.pdf (Arquivo ID 796245)
3	179197	Anexos ETP	Anexo III - Planta.pdf (Arquivo ID 796244)

PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS (PLANILHA SINTÉTICA DO ORÇAMENTO)				
PA Nº 6331/2023: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para o desenvolvimento de projetos básicos e executivos e assessoramento à fiscalização da obra/montagem/instalação do novo sistema de climatização do edifício sede do Coren-SP.				
ENDEREÇO: Alameda Ribeirão Preto, 82 - Bela Vista - São Paulo / SP - CEP: 01331-000				
Referência	SINAPI: MARÇO 2024			
Prazo de Execução	180 dias corridos contados da data de assinatura do contrato, sendo que, na etapa de assessoramento à fiscalização, 30 dias correspondem ao período de licitação.			BDI % 31,64%
ETAPA	DESCRIÇÃO	TOTAL DO ITEM SEM BDI (R\$)	TOTAL DO ITEM COM BDI (R\$)	% DO TOTAL
1	Projeto Básico	R\$23.533,60	R\$30.980,64	28,94%
2	Projeto Executivo	R\$18.642,79	R\$24.542,17	22,93%
3	Gestão da Obra	R\$39.142,07	R\$51.528,29	48,13%
TOTAL DE CUSTOS DIRETOS (TCD)		R\$81.318,46		
BDI (31,64%)		R\$25.732,64		
TOTAL GERAL COM BDI		R\$107.051,10		

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA (PLANILHA ANALÍTICA DE ORÇAMENTO)								
PA Nº 6331/2023: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para o desenvolvimento de projetos básicos e executivos e assessoramento à fiscalização da obra/montagem/instalação do novo sistema de climatização do edifício sede do Coren-SP.								
ENDEREÇO: Alameda Ribeirão Preto, 82 - Bela Vista - São Paulo / SP - CEP: 01331-000								
Referência							BDI %	
Prazo de Execução		180 dias corridos, sendo que na fase de assessoramento à fiscalização, 30 dias correspondem ao período de licitação.					31,64%	
ETAPA	DESCRIÇÃO		UNID. DE MEDIDA	QTD.	PREÇO UNIT.(R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	CÓDIGO DA COMPOSIÇÃO	REFERÊNCIA DE PREÇO
1	Projeto Básico					R\$ 23.533,60		
1.1	Relatório de Vistoria Técnica	Engenheiro Mecânico	H	16,00	R\$123,05	R\$ 1.968,80	Não localizado	Planilha de Composição de Custo
		Engenheiro Elétrico	H	8,00	R\$123,05	R\$ 984,40	Não localizado	Planilha de Composição de Custo
		Engenheiro Civil	H	8,00	R\$172,50	R\$ 1.380,00	90779	SINAPI
1.2	Anteprojeto com alternativas de projeto	Engenheiro Mecânico	H	24,00	R\$123,05	R\$ 2.953,20	Não localizado	Planilha de Composição de Custo
		Engenheiro Elétrico	H	8,00	R\$123,05	R\$ 984,40	Não localizado	Planilha de Composição de Custo
		Engenheiro Civil	H	4,00	R\$172,50	R\$ 690,00	90779	SINAPI
1.3	Projeto Básico	Engenheiro Mecânico	H	64,00	R\$123,05	R\$ 7.875,20	Não localizado	Planilha de Composição de Custo
		Engenheiro Elétrico	H	32,00	R\$123,05	R\$ 3.937,60	Não localizado	Planilha de Composição de Custo
		Engenheiro Civil	H	16,00	R\$172,50	R\$ 2.760,00	90779	SINAPI
2	Projeto Executivo					R\$ 18.642,79		
2.1	Memorial descritivo, memória de cálculo, caderno de encargos, pranchas com desenho dos projetos	Engenheiro Mecânico	H	24,00	R\$123,05	R\$ 2.953,20	Não localizado	Planilha de Composição de Custo
		Engenheiro Elétrico	H	16,00	R\$123,05	R\$ 1.968,80	Não localizado	Planilha de Composição de Custo
		Engenheiro Civil	H	8,00	R\$172,50	R\$ 1.380,00	90779	SINAPI
2.2	Planilha de Quantitativo e suas memórias de cálculo	Engenheiro Mecânico	H	32,00	R\$123,05	R\$ 3.937,60	Não localizado	Planilha de Composição de Custo
		Engenheiro Elétrico	H	8,00	R\$123,05	R\$ 984,40	Não localizado	Planilha de Composição de Custo
		Engenheiro Civil	H	4,00	R\$172,50	R\$ 690,00	90779	SINAPI
		Auxiliar Técnico em engenharia - Orçamentista	H	80,00	R\$36,61	R\$ 2.928,80	88255	SINAPI
2.3	Cronograma Físico-Financeiro	Engenheiro Mecânico	H	4,00	R\$123,05	R\$ 492,20	Não localizado	Planilha de Composição de Custo
2.4	Planilha de Composição de Custos	Engenheiro Mecânico	H	8,00	R\$123,05	R\$ 984,40	Não localizado	Planilha de Composição de Custo
		Engenheiro Elétrico	H	4,00	R\$123,05	R\$ 492,20	Não localizado	Planilha de Composição de Custo
		Engenheiro Civil	H	4,00	R\$172,50	R\$ 690,00	90779	SINAPI

		Auxiliar Técnico em engenharia - Orçamentista	H	24,00	R\$36,61	R\$ 878,64	88255	SINAPI
2.5	ART ou RRT		UNID	1,00	R\$ 262,55	R\$ 262,55	Não se aplica	CONFEA
3	Gestão da Obra					R\$ 39.142,07		
3.1	Fase de licitação	Engenheiro Mecânico	H	16,00	R\$123,05	R\$ 1.968,80	Não localizado	Planilha de Composição de Custo
3.2	Acompanhamento da Obra - Responsável Técnico - Engenheiro Mecânico		H	68,00	R\$ 123,05	R\$ 8.367,40	Não localizado	Planilha de Composição de Custo
3.3	Acompanhamento da Obra - Mecânico em Refrigeração		MÊS	4,00	R\$ 7.135,83	R\$ 28.543,32	100308	SINAPI
3.12	ART ou RRT		UNID	1,00	R\$ 262,55	R\$ 262,55	Não se aplica	CONFEA
TOTAL DOS ITEM (1 A 3)						R\$81.318,46		
TOTAL DE CUSTOS DIRETOS SEM BDIs (TCD)		R\$ 81.318,46						
BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS (BDI)		31,64%						
TCD + BDI (CUSTO TOTAL DA OBRA)		R\$ 107.051,10						
DATA DE CONCLUSÃO DA ELABORAÇÃO: 06/05/2024								
Responsável pela elaboração; Viviane Vanessa de Sousa, GEAD, matrícula 539								
Responsável pela revisão: Gregory Ratti, SPC/GCC, matrícula 1195								

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO (ESTIMADO)							
PA Nº 6331/2023: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para o desenvolvimento de projetos básicos e executivos e assessoramento à fiscalização da obra/montagem/instalação do novo sistema de climatização do edifício sede do Coren-SP.							
ENDEREÇO: Alameda Ribeirão Preto, 82 - Bela Vista - São Paulo / SP - CEP: 01331-000							
Referência		Sinapi: MARÇO/2024				BDI %	31,64%
Prazo de Execução		180 dias corridos, sendo que na fase de gestão da obra, 30 dias correspondem ao período de licitação.					
ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR POR ETAPA (SEM BDI)	VALOR POR ETAPA (COM BDI)	% (do total)	0 a 15 DIAS	16 a 30 DIAS	31 a 180 DIAS*
1	Projeto Básico	R\$ 23.533,60	R\$ 30.980,64	28,94%	R\$ 30.980,64		
					28,94%		
2	Projeto Executivo	R\$ 18.642,79	R\$ 24.542,17	22,93%		R\$ 24.542,17	
						51,87%	
3	Gestão da Obra	R\$ 39.142,07	R\$ 51.528,29	48,13%			R\$ 51.528,29
							100,00%
Porcentagem por medição					28,94%	22,93%	48,13%
Custo por medição					R\$ 30.980,64	R\$ 24.542,17	R\$ 51.528,29
Porcentagem acumulada					28,94%	51,87%	100,00%
Custo acumulado					R\$ 30.980,64	R\$ 55.522,80	R\$ 107.051,10
TOTAL DE CUSTOS DIRETOS (TCD)						R\$ 81.318,46	
TOTAL DO BDI (28,82%)						R\$ 25.732,64	
TOTAL GERAL (TCD + BDI)						R\$ 107.051,10	

DESCRIÇÃO/OCUPAÇÃO				VALOR DA MOB
Código SINAPI	Descrição básica	Unid.	Coefficiente	
Não consta - Composição de Custo (memória de cálculo anexa)	ENGENHEIRO MECÂNICO DE REFRIGERAÇÃO	Hora	1,00	R\$ 123,05
Não localizado - Composição de Custo (memória de cálculo anexa)	ENGENHEIRO ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Hora	1,00	R\$ 123,05
90779	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA SENIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES - NÃO DESONERADO	Hora	1,00	R\$ 172,50
100308	MECÂNICO DE REFRIGERAÇÃO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Mês	1,00	R\$ 7.135,83
88255	AUXILIAR TÉCNICO EM ENGENHARIA - ORÇAMENTISTA	Hora	1,00	R\$ 36,61

Custos de mão de obra de engenheiro eletricista foram excluídos do SINAPI conforme Nota 12/2023: "nº 04 – Desativação dos insumos de mão de obra (eletricista, sanitarista e paisagista) A partir das publicações realizadas em Novembro/23 (ref.: Outubro/23) foi implantada a revisão da família 2706 – Engenheiro Civil de Obra Júnior, realizada pela CAIXA em conjunto com o IBGE. Nessa oportunidade, foram desativadas as seguintes especialidades: Engenheiro Eletricista, Engenheiro Sanitarista e Arquiteto Paisagista. (...) Durante a revisão, especialmente na pesquisa realizada pelo IBGE, a definição de coeficientes de representatividade não teve um resultado satisfatório, pois essas especialidades são de difícil verificação na base adotada. Assim, foi decidida a desativação desses insumos, garantindo melhores resultados à divulgação de preços mensalmente realizada."

DATA DE CONCLUSÃO DA ELABORAÇÃO: 06/05/2024	
Responsável pela elaboração: Viviane Vanessa de Sousa, GEAD, matrícula 539	
Responsável pela revisão: Gregory Ratti, SPC/GCC, matrícula 1195	

Coren-SP | Agiliza - Processo número 6331/2023 (ID 166301) - Documento 232752. | Anexo ID 179199 | Arquivo ID 796247
Assinado eletronicamente por GREGORY RATTI, em 08/05/2024 19:53:25.

COMPOSIÇÃO DO BDI REFERENCIAL

(elaborado de acordo com tabelas e fórmulas do Acórdão TCU nº 2.622/2013 - Plenário)

PA nº	6331/2023
OBJETO	desenvolvimento de projetos básicos e executivos e assessoramento à fiscalização da obra/montagem/instalação do novo sistema de climatização do edifício sede do Coren-SP.
ENDEREÇO	Alameda Ribeirão Preto, 82 - Bela Vista - São Paulo / SP - CEP: 01331-000

		INTERVALO DE ADMISSIBILIDADE*			
ITEM COMPONENTE DO BDI		1º Quartil	Médio	3º Quartil	Adotado
AC	Administração Central	3,00%	4,00%	5,50%	4,00%
R	Riscos	0,97	1,27	1,27	1,27%
S + G	Seguro e Garantia	0,80	0,80	1,00	0,80%
DF	Despesas Financeiras	0,59	1,23	1,39	1,23%
L	Lucro	6,16	7,40	8,96	7,40%
ISS	ISS	N/A	N/A	N/A	5,00%
PIS	PIS	N/A	N/A	N/A	1,32%
COFINS	COFINS	N/A	N/A	N/A	6,08%
I	Tributos (ISS + PIS + COFINS)	-	-	-	12,40%

BDI %	31,64%
-------	--------

Referências: 2º Quartil - Construções de Edifícios - Acórdão 2622/2013 - TCU - Plenário.

FÓRMULA DO BDI

$$BDI=(((1+(AC+R+S+G))(1+DF)(1+L))/((1-I)))-1)\times 100$$

- 1 - O percentual de ISS a ser adotado para execução de serviços de engenharia consultiva deverá observar a legislação tributária municipal onde serão prestados os serviços. A alíquota do imposto aplicável aos serviços, no Município de São Paulo, é de 5%, conforme Lei Municipal 13.701/2003 e Decreto Municipal 53.151/2012 (Regulamento do ISS).
- 2 - Os percentuais de PIS e COFINS adotados se referem ao regime não cumulativo, considerando-se as alíquotas efetivas de 1,32% (PIS) e 6,08% (COFINS), mediante aplicação de redução de 20% nas alíquotas legais (PIS - 1,65% e COFINS - 7,6%), conforme indicado pelo SINAENCO (Acórdão TCU Plenário 2622/2013, Lei 10.637/2022, Lei 10.833/2003 e publicação Orientações Para Elaboração de Planilhas Orçamentárias de Obras Públicas - pág. 92). Eventuais ajustes nas alíquotas de PIS e COFINS devem ser feitos pelas licitantes de acordo com sua real situação tributária (alíquotas efetivas).
- 3 - Para serviços de engenharia consultiva não é permitira a utilização de mão de obra desonerada na cotação dos serviços. Logo, não deverá ser utilizada na composição do BDI alíquota referente à Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta.
- Obs:** Conforme o Acórdão nº 2.622/2013, As empresas licitantes optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS discriminados na composição do BDI que sejam compatíveis com as alíquotas a que a empresa está obrigada a recolher, previstas no Anexo IV da Lei Complementar n. 123/2006, bem como que a composição de encargos sociais não inclua os gastos relativos às contribuições que essas empresas estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar.

DATA DE CONCLUSÃO DA ELABORAÇÃO: 06/05/2024	
Responsável pela elaboração: Viviane Vanessa de Sousa, GEAD, matrícula 539	
Responsável pela revisão: Gregory Ratti, SPC/GCC, matrícula 1195	

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - HORA TÉCNICA (ENGENHEIROS MECÂNICO E ELETRICISTA)				
Objeto:	Elaboração de Projeto			
Número do Processo:				
Número da Licitação:				
Localidade	COREN-SP SEDE			
DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO E DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS				
A	Município/UF:			São Paulo / SP
B	Unidade de Medida			Unidade
C	Carga horária mensal (quantidade de horas)			220 horas mensais
D	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)			Engenheiro Mecânico Senior/ Engenheiro Eletricista Senior
E	Salário Estimado da Categoria Profissional (44 horas semanais/220 horas semanais)			R\$ 12.750,00
F	Data Base da Categoria			01/05/2023
G	Premissas: R\$ 12.750,00 = R\$ 1.500,00 (salário mínimo paulista vigente) * 8,5 salários mínimos [salário mínimo profissional - CREA-SP. Valor estimado, de R\$ 12.750,00, é superior ao piso salarial mensal determinado na Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2024 do SINAENCO e do SEESP.			
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				
				VALOR
A	Salário Base	220	horas mensais	R\$ 12.750,00
B	Adicional de Periculosidade		percentual	R\$ 0,00
C	Adicional de Insalubridade		percentual	
D	Adicional Noturno		percentual	R\$ 0,00
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		percentual	R\$ 0,00
F	Adicional de hora extra	Porcentual (50% ou 100%)	Qtde. estimada de horas/mês	Valor da hora com adicional
				R\$0,00
G	Outros (PLR)			R\$ 2.068,24
TOTAL - MÓDULO 1 - REMUNERAÇÃO				R\$ 14.818,24
MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS				
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias				
			Alíquota	VALOR
A	13º (décimo terceiro) Salário		8,33%	R\$ 1.234,36
B	Adicional de Férias		2,78%	R\$ 411,95
C	Férias		8,33%	R\$ 1.234,36
TOTAL Submódulo 2.1			19,44%	R\$ 2.880,67
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia (FGTS) e Outras Contribuições				
Módulo 1 - Composição da Remuneração				R\$ 14.818,24
Submódulo 2.1				R\$ 2.880,67
Base de Cálculo: Módulo 1 + Submódulo 2.1				R\$ 17.698,91
			Alíquota	VALOR
A	INSS (Lei nº 8.212/1991, art. 22, I)		20,00%	R\$ 3.539,78
B	Salário Educação (Decreto nº 87.043/1982, art. 3, I e SESC ou SESI (Lei nº 8.036/1990, art. 3o e art. 87, I, "i" e II, "b", da IN RFB 2110/2022 - FPAS 566)		2,50%	R\$ 442,47
C	Seguro Acidente de Trabalho = RAT x FAP (Decreto nº 3.048/1999)	RAT (%)	FAP (%)	
		3,00%	1,00%	3,00%
D	SESC ou SESI (Lei nº 8.036/1990, art. 3o e art. 87, I, "i" e II, "b", da IN RFB 2110/2022 - FPAS 566)		1,50%	R\$ 265,48
E	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/1986)			R\$ 0,00
F	SEBRAE (Lei nº 8.029/1990 e Lei nº 8.154/1190 e art. 87, I, "i" e II, "b", da IN RFB 2110/2022 - FPAS 566)		0,30%	R\$ 53,10
G	INCRA (Lei nº 7.787/1989 e DL nº 1.146/1970 e art. 87, I, "i" e II, "b", da IN RFB 2110/2022 - FPAS 566)		0,20%	R\$ 35,40
H	FGTS (CF, art. 7º, III e Lei nº 8.030/1990, art. 15)		8,00%	R\$ 1.415,91
TOTAL Submódulo 2.2			35,50%	R\$ 6.283,11
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários				
				VALOR
A	Auxílio Transporte			
	Nº Bilhetes	Dias/Mês	Valor da Tarifa	Valor Descontado do Trabalhador (6%)
	2	22	R\$ 9,84	R\$ 765,00
B	Auxílio Refeição			CLÁUSULA TERCEIRA
	Valor do Benefício	Dias/Mês		Valor Descontado do Trabalhador
	R\$35,50	22		R\$ 7,10
C	Auxílio Alimentação			CLÁUSULA TERCEIRA
	Valor do Benefício			Valor Descontado do Trabalhador
				R\$ 0,00

		R\$ 0,00		R\$ 0,00
D	Outros (preencher)			
TOTAL Submódulo 2.3				R\$ 624,80
TOTAL - MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS				R\$ 9.788,58
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO				
Submódulo 3.1 - Aviso Prévio Indenizado				
Módulo 1 - Composição da Remuneração				R\$ 14.818,24
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias				R\$ 2.880,67
Submódulo 2.2 - Apenas o FGTS				R\$ 1.415,91
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários				R\$ 624,80
Subtotal: Módulo 1 + Submódulo 2.1 + FGTS (Submódulo 2.2) + Submódulo 2.3				R\$ 19.739,62
Provisionamento para 12 meses (vigência contratual)				R\$ 1.644,97
Multa sobre o FGTS (40%)				R\$ 566,36
Base de cálculo do Aviso Prévio Indenizado				R\$ 2.211,33
Valor do Aviso Prévio Indenizado			Percentual de Incidência	Valor
			50,00%	R\$ 1.105,67
TOTAL Submódulo 3.1				R\$ 1.105,67
Submódulo 3.2- Aviso Prévio Trabalhado				
Multa sobre o FGTS (40%)				R\$ 566,36
Base de cálculo do Aviso Prévio Trabalhado				R\$ 566,36
Valor do Aviso Prévio Trabalhado			Percentual de Incidência	Valor
			50,00%	R\$ 283,18
TOTAL Submódulo 3.2				R\$ 283,18
Submódulo 3.3 - Acréscimo sobre o Aviso Prévio a ser considerado como indenizado (Aplicável somente nos casos de prorrogação contratual)				
Base de Cálculo: Submódulo 3.1 + Submódulo 3.2				R\$ 1.388,85
Provisionamento para cada ano completado (10%)				R\$ 138,89
Acréscimo de 3 dias por ano completado			Quantidade de anos completados	Valor
			0	R\$ 0,00
TOTAL Submódulo 3.3				R\$ 0,00
TOTAL - MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO				R\$ 1.388,85
MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE				
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais				
Cálculo do número de dias de reposição do profissional ausente para cada evento				
Evento	Incidência anual	Duração legal da ausência	Proporção de dias afetados	
Férias	1,0000	30	69,86%	
Ausência justificada	1,0000	1	100,00%	
Acidente de trabalho	0,0922	15	69,86%	
Afastamento por doença	1,0000	5	69,86%	
Consulta médica filho	0,1344	2	100,00%	
Óbitos na família	0,0305	2	69,86%	
Casamento	0,0118	3	100,00%	
Doação de sangue	0,0200	1	100,00%	
Testemunho	0,0040	1	100,00%	
Paternidade	0,0143	20	69,86%	
Maternidade	0,0197	180	69,86%	
Consulta pré-natal	0,0016	6	100,00%	
Limite de dias para reposição no ano				
Módulo 1 - Composição da Remuneração				
Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários				
Módulo 3 - Provisão para Rescisão				
Base de Cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3				
Custo diário de reposição = (Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3) / 30 dias				
Custo anual de reposição = Custo diário de reposição x Total de dias para reposição no ano				
Provisão mensal do custo de reposição				
TOTAL Submódulo 4.1				
Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada				
				VALOR
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação			R\$ 0,00
TOTAL Submódulo 4.2				R\$ 0,00
TOTAL - MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE				R\$ 0,00
MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS				
E	Softwares (AutoCad)			R\$ 1.075,00
TOTAL - MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS				R\$ 1.075,00

CUSTOS DIRETOS (SOMATÓRIA DOS MÓDULOS 1+2+3+4+5)	R\$ 27.070,67
VALOR TOTAL POR EMPREGADO HORA - SEM BDI	R\$ 123,05
Data de elaboração desta planilha: 06/05/2024	
Responsável pela elaboração: Viviane Vanessa de Souza, GEAD, matrícula 539, assinatura:	
Responsável pela revisão: Gregory Ratti, SPC/GCC, matrícula 1195, assinatura:	

Viviane
Vanessa
de Sousa

Assinado de forma
digital por Viviane
Vanessa de Sousa
Dados: 2024.05.07
17:47:20 -03'00'

Renato
Christian
Garcia da
Silva

Assinado de
forma digital por
Renato Christian
Garcia da Silva
Dados: 2024.05.07
18:25:25 -03'00'

Gregory
Ratti

Assinado de forma
digital por Gregory
Ratti
Dados: 2024.05.08
19:49:19 -03'00'



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ANEXO II – MEMORIAL DESCRITIVO

1. OBJETO E DESCRIÇÃO DO IMÓVEL

1.1. Execução de serviços de engenharia consultiva, relativos à elaboração de Projeto Básico e Projeto Executivo, e de assessoramento à licitação/contratação e à fiscalização da obra/montagem/instalação, para implantação de novo sistema de climatização no edifício sede do Coren-SP, localizado na Alameda Ribeirão Preto, 82 – Bela Vista – São Paulo/SP – CEP: 01331-000.

1.2. O edifício está localizado em terreno de 1729 m², com 8316 m² de área construída. O terreno faz divisa com outros terrenos ao fundo e nas laterais.

1.3. O edifício é composto por: 12 (doze) pavimentos, correspondendo a 2 (dois subsolos), piso térreo, 8 (oito) andares e uma cobertura.

1.4. **Principais instalações:** salas de atendimento aos profissionais de enfermagem, escritórios administrativos e de treinamento, auditório, sanitários/vestiários, copas, salas de máquinas, depósitos, almoxarifados, área externa e garagem.

1.5. Serão realizadas intervenções nos pavimentos do térreo ao 9º andar, devendo ser considerado:

1.5.1. Pavimento térreo – aproximadamente 314,59m² de área com refrigeração, não possui sala de máquina no andar e contém equipamentos splits do tipo cassete instalados.

1.5.2. Pavimento 1º a 8º andar – andares com aproximadamente 496m² de área com refrigeração, possuem sala de máquinas por andar, rede de duto, equipamentos do tipo chiller instalados, contudo inoperantes no momento.

1.5.3. Pavimento 9º andar – espaço de conveniência com aproximadamente 80,15m² de área com refrigeração, sem sala de máquinas, com equipamentos splits do tipo hi-wall instalados.

2. ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO

2.1. Deverão integrar o objeto da contratação serviços de elaboração dos projetos básico e executivo, com posterior assessoramento à licitação/contratação e à fiscalização da obra/montagem/instalação, para o novo sistema de ar condicionado do edifício sede.

2.2. A contratada deverá considerar nos projetos básico e executivo que os ambientes do edifício estão ocupados durante todo o ano; que a execução da obra/montagem/instalação do novo sistema deverá mitigar impactos, principalmente interferências nos ambientes, ruídos, vibrações e geração de materiais particulados que afetem o funcionamento institucional. Portanto, o projeto deve contemplar solução de engenharia que interfira o mínimo possível nas atividades institucionais.

2.3. Os projetos deverão contemplar as adequações necessárias nas instalações elétricas, limitadas ao que se relaciona ao sistema de ar condicionado.

2.4. A concepção dos projetos básico e executivo do novo sistema de climatização deverá resultar da comparação entre as diversas soluções e alternativas, selecionando-se a mais adequada, considerando-se sua viabilidade e vantagens, bem como os parâmetros técnicos (de engenharia), econômicos e ambientais. A solução deverá estar em harmonia com os projetos de arquitetura, estrutura, instalações elétricas e demais instalações do edifício, observando a não interferência entre os diversos sistemas da edificação.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

2.5. O Coren-SP indica que, nos projetos básico e executivo, seja, preferencialmente, analisada a viabilidade e vantagens, e, caso confirmadas, pormenorizada solução mediante implementação de subsistemas por andar de Fluxo Refrigerante Variável – VRF ou Volume de Refrigerante Variável – VRV.

2.6. A solução apresentada deverá ser composta de sistemas individuais por andar, de forma que todos os andares com climatização artificial (térreo, 1º ao 8º andar e área de convivência no 9º andar) deverão ter seus subsistemas totalmente individualizados e desconexos dos demais subsistemas e componentes de outros pavimentos.

2.7. Com relação à rede de dutos, entende-se, em princípio, que deverá ser aproveitada, nos ambientes em que houver tal possibilidade. Os projetos deverão apontar em quais pontos haverá revisão e/ou reestruturação. Os sistemas com splits individualizados por setor e que possuam drenagem local não deverão ser utilizados, pois inexistem nos ambientes rede hídrica para a correta drenagem dos equipamentos. Já para o caso de equipamentos instalados nas salas de máquinas ou próximos, a respectiva drenagem poderá ocorrer em rede existente dentro das salas de máquinas em todos os andares da edificação.

2.8. O projeto deverá prever a instalação dos novos equipamentos por andar, mantendo por tempo determinado o legado (plumadas existentes) do atual sistema Chiller, para fins de não inviabilizar a utilização do prédio durante toda a fase de obra/montagem/instalação, por falta de climatização. Após a entrada em funcionamento do novo sistema, deverá ser prevista a inativação total e remoção parcial ou total dos equipamentos, partes e peças correspondentes ao sistema antigo.

2.9. A Contratada deverá fornecer, no mínimo, os seguintes produtos, para a perfeita compreensão do projeto:

2.10. Relatório de Vistoria:

2.10.1. A vistoria do edifício, quando da execução contratual, deverá ser realizada pelos projetistas das áreas técnicas envolvidas, constando a assinatura de cada um no relatório que será entregue.

2.10.2. Na vistoria deverão ser observados todos os ambientes relacionados ao novo sistema de climatização e verificadas todas as instalações existentes de elétrica, hidráulica, gás, rede lógica, CFTV, extração de fumaça, entre outras, além das instalações do sistema existente, para melhor compreensão da área e das interferências que constituirão os parâmetros para o projeto.

2.10.3. Na vistoria, deverão ser observadas as possíveis áreas técnicas e os locais onde serão instalados os equipamentos condensadores e demais equipamentos necessários para a completa implantação do sistema.

2.10.4. Será identificado nesta vistoria o uso de cada ambiente com a relação de usuários por andar e a relação de equipamentos que deverão ser utilizados como parâmetro para a perfeita refrigeração dos ambientes.

2.10.5. Como produto dessa etapa, serão entregues ao Coren-SP duas cópias impressas do Relatório de Vistoria com fotos, planilha contendo os dados de cada ambiente, devidamente assinada por responsável técnico da contratada, bem como todo o material/mídias em meio digital.

2.11. Anteprojeto com as alternativas de Projeto:

2.11.1. Preliminarmente à elaboração do projeto básico, a licitante vencedora deverá encaminhar ao Coren-SP anteprojeto (art. 6º, XXIV, da Lei 14.133/2021) no qual serão apresentadas as possíveis alternativas (no mínimo, duas soluções) para a implantação do sistema de ar condicionado, constando



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

estimativas de custos de implantação de cada alternativa e respectivas estimativas de custos de operação (manutenção preventiva e despesas com energia elétrica, troca de filtros e demais componentes necessários para a perfeita operação do sistema).

2.11.2. O relatório deverá servir de parâmetro para que a contratada e o Coren-SP definam, em comum acordo, a melhor alternativa para o desenvolvimento do projeto básico, considerando aspectos como: desempenho, custo de instalação, custo de operação, impactos e logística na execução da obra/montagem/instalação.

2.11.3. Para fins de verificar a viabilidade das alternativas, quando houver necessidade de laudos técnicos, inclusive estruturais, estes deverão ser fornecidos pela contratada e estar inclusos na sua proposta.

2.11.4. As alternativas apresentadas deverão contemplar projeto de proteção acústica contra ruídos.

2.11.5. Deverá ser estimado também o cálculo prévio de carga térmica por pavimento, com memória de cálculo, considerando as seguintes variáveis: carga devido à insolação; carga devido à infiltração e renovação do ar; carga devido à ocupação; carga devido aos equipamentos; e carga devido à iluminação.

2.11.6. Deverá ser apresentada, ainda, lista de equipamentos a serem utilizados, com descrição detalhada e características, especificações, catálogo do fabricante, para ser submetida à aprovação da fiscalização de contrato.

2.12. Projeto Básico:

2.12.1. O Projeto Básico é o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos (art. 6º, XXV, da Lei 14.133/2021):

- a) desenvolvimento da solução escolhida, de forma a fornecer visão global da obra/montagem/instalação e identificar todos os seus elementos constitutivos com clareza;
- b) soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de realização da obra/montagem/instalação;
- c) Identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
- d) Informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
- e) subsídios para montagem dos artefatos de licitação e fiscalização da obra/montagem/instalação, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso;
- f) Orçamento detalhado do custo global do empreendimento, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

2.13. Características do Projeto Básico:

2.13.1. O Projeto Básico será desenvolvido a partir da aprovação do anteprojeto e deverá, observado o disposto no inciso XXV da Lei 14.133/2021 (no que for cabível), ser o mais detalhado possível, contendo todas as informações necessárias ao levantamento de quantidades e à perfeita execução dos futuros serviços referentes à obra/instalação/montagem do novo sistema.

2.13.2. Deve caracterizar em sua totalidade o novo sistema de climatização do edifício, com a finalidade de minimizar a necessidade de sua reformulação ou de revisões durante as etapas de elaboração do projeto executivo e de assessoramento à licitação/contratação e à implementação do novo sistema.

2.13.3. A especificação de cada item do projeto básico deverá estar na planilha de quantidades, que posteriormente integrará a planilha orçamentária. Deverá ser detalhada de modo a possibilitar a perfeita compreensão do item, sendo impedida a indicação de marcas e modelos e o direcionamento da especificação para uma determinada marca. A especificação deverá ser apresentada de maneira clara e precisa, com indicação da melhor alternativa de sistema, levando-se em consideração o custo benefício da solução.

2.13.4. O projeto básico do novo sistema de ar condicionado deverá conter, no mínimo, os itens listados abaixo, os quais, após aprovação, deverão ser desenvolvidos e detalhados no projeto Executivo:

- a) As especificações técnicas do sistema de ar condicionado/ventilação;
- b) Cálculo da carga térmica;
- c) Descrição geral do sistema;
- d) Bases de cálculos;
- e) Tabela de resumo de cálculo;
- f) Especificações dos equipamentos do sistema;
- g) Folhas de detalhes dos equipamentos do sistema;
- h) Desenhos contendo as redes de dutos e a rede hidráulica, com plantas e cortes, incluindo todo o detalhamento necessário, sobretudo salas de máquinas dos andares, bem como os pontos de consumo de água e de energia;
- i) Esquemas elétricos de força e comando dos quadros elétricos;
- j) Detalhes típicos de montagem e instalação;
- k) Seleção e dimensionamento da capacidade dos condicionadores e evaporadores; dimensionamento das redes de dutos e posicionamento de bocas de ar do sistema de ar condicionado/ventilação;
- l) Cálculo da perda de carga das redes de dutos;
- m) Lista de materiais e equipamentos.
- n) Intervenções estruturais.

2.13.5. O projeto básico do sistema de ar condicionado será composto pelos seguintes produtos:

- a) Memorial descritivo do projeto, com as justificativas da solução, os materiais a serem utilizados e a metodologia para execução da implantação do novo sistema;
- b) Memoria de cálculo do projeto;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- c) Caderno de Encargos contendo as especificações técnicas de materiais e serviços e o critério de medição de cada item;
- d) Planilha de Quantitativos e suas memórias de cálculo;
- e) Pranchas de desenhos do Projeto do Sistema de Ar-Condicionado e Sistema de Ventilação, na escala 1:75, e detalhes em escalas adequadas e compatíveis com o conteúdo das pranchas.
- f) ART do projeto.

2.13.6. O conjunto de documentos integrantes do projeto executivo será apresentado em arquivos com extensão dwg (AutoCAD) e pdf (Adobe Acrobat). Todos os relatórios, pareceres, memoriais, planilhas e demais documentos citados acima serão apresentados e fornecidos em arquivos com extensão .docx (Word), .xlsx (Excel) e /ou .pdf (Adobe Acrobat), inclusive em formatos editáveis, quando solicitados pela fiscalização, a fim de propiciar mais célere análise, aprovação ou revisão.

2.13.7. Revisões nos projetos formalmente solicitadas pelo Coren-SP deverão ser concluídas no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da solicitação, admitindo-se sua prorrogação mediante solicitação e justificativa fundamentada da contratada e aprovação do Coren-SP.

2.14. Projeto Executivo:

2.14.1. O Projeto Executivo será desenvolvido a partir da aprovação do Projeto Básico e deverá, observado o disposto no inciso XXVI do art. 6º da Lei 14.133/2021 (no que for cabível), conter todas as informações necessárias para o perfeito entendimento do projeto e execução da obra, com todos os detalhamentos e acabamentos pertinentes a esta etapa da contratação, observada a legislação aplicável prevista no ETP.

2.14.2. O Projeto Executivo deverá apresentar todos os elementos necessários à implantação do sistema de climatização, detalhando todas as interfaces dos sistemas, subsistemas e seus componentes.

2.14.3. Deverá prover subsídios para modelagem da contratação da obra e dos serviços de montagem e instalação do sistema, bem como para fiscalização da implantação, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso.

2.14.4. O projeto executivo do sistema de ar condicionado será composto pelos seguintes produtos:

- a) Memorial descritivo do projeto, com as justificativas da solução, os materiais a serem utilizados e a metodologia para montagem, instalação, teste e operação do sistema;
- b) Memória de cálculo do projeto;
- c) Caderno de Encargos, contendo as especificações técnicas de materiais e serviços e o critério de medição de cada item;
- d) Pranchas de desenhos do Projeto do Sistema de Ar-Condicionado e Sistema de Ventilação, na escala 1:75, e detalhes em escalas adequadas e compatíveis com o conteúdo das pranchas;
- e) Planilha de Quantitativos e suas memórias de cálculo;
- f) Cronograma físico-financeiro para licitação/contratação e execução da obra/montagem/instalação, atrelado aos valores indicados na planilha de Composição de Custos e fases de respectiva execução;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- g) Planilha de Composição de Custos, na qual devem constar todos os custos unitários, com indicação do item de referência utilizado para cada serviço, devendo as cotações serem obtidas com a seguinte ordem de preferência (observado o disposto no § 2º do art. 23 da Lei 14.133/2021 e na Instrução Normativa SEGES/ME 91/2022):
- Preços do SINAPI;
 - Nos casos em que o SINAPI não oferecer custos unitários de insumos ou serviços, poderão ser adotados aqueles disponíveis em pesquisa publicada em mídia especializada, em tabela de referência formalmente aprovada por órgão ou entidade da Administração Pública federal e de sítios eletrônicos especializados e de domínio amplo (desde que contenham data e hora de acesso), incorporando-se às composições de custos, sempre que possível, de insumos constantes do SINAPI;
 - Preços de mercado, obtidos em pesquisa direta junto a 3 (três) fornecedores distintos (em princípio, quando não houver cotação referencial no SINAPI ou tabelas oficiais).
- h) Composição dos encargos de mão de obra de horistas e mensalistas;
- i) ART do projeto.

2.14.5. O conjunto de documentos integrantes do projeto executivo será apresentado em arquivos com extensão dwg (AutoCAD) e pdf (Adobe Acrobat). Todos os relatórios, pareceres, memoriais, planilhas e demais documentos citados acima serão apresentados e fornecidos em arquivos com extensão .docx (Word), .xlsx (Excel) e /ou .pdf (Adobe Acrobat), inclusive em formatos editáveis, quando solicitados pela fiscalização, a fim de propiciar mais célere análise, aprovação ou revisão.

2.14.6. Revisões nos projetos formalmente solicitadas pelo Coren-SP deverão ser concluídas no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da solicitação, admitindo-se sua prorrogação mediante solicitação e justificativa fundamentada da contratada e aprovação do Coren-SP.

2.15. Assessoramento quando da implantação do novo sistema de ar condicionado:

2.15.1. Os quantitativos previstos neste tópico não se aplicam às eventuais revisões de projetos solicitadas pelo Coren-SP, serviços que estão atrelados às etapas referentes aos projetos básico e executivo.

2.15.2. Deverão estar incluídos nas horas técnicas da etapa de assessoramento as atividades de emissão de relatórios e realização de medições pela contratada, conforme exigidas nos instrumentos de regência da contratação.

2.15.3. Após a entrega dos projetos básico e executivo, a contratação compreenderá atividades de assessoramento ao Coren-SP quando: **a)** da licitação dos serviços de montagem e instalação do novo sistema de climatização; e, **b)** da execução dos referidos serviços de montagem e instalação.

2.15.4. Na etapa a) acima, haverá exigência de prestação dos serviços consultivos por até 30 (trinta) dias, a serem prestados por responsável técnico da contratada (engenheiro mecânico), em quantitativo mínimo de 10 (dez) horas e máximo de 16 (dezesesseis) horas, a ser mensurado pela contratada e entregue no respectivo mês de apuração ao Coren-SP para faturamento da parcela mensal prevista no subitem 9.4.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

2.15.5. Na etapa b) acima, o assessoramento deverá ser coordenado por responsável técnico da contratada, engenheiro mecânico, para verificação técnica da licitação e da execução dos projetos de engenharia elaborados. Eventual substituição do responsável técnico pela contratada deverá ser comunicada ao Coren-SP com até 5 (cinco) dias de antecedência, salvo se ocorrer situação excepcional devidamente justificada ao fiscal da contratação.

2.15.6. A contratada deverá realizar inspeção dos serviços no local de sua execução (edifício sede do Coren-SP), por meio de seu responsável técnico (engenheiro mecânico), com frequência mínima de 1 (uma) visita por semana, acompanhado do preposto da contratada (mecânico em refrigeração) e do fiscal do contrato, devendo o agendamento de cada data ser previamente acordo com a fiscalização do contrato. A contratada será responsável por elaborar relatório técnico referente à inspeção e entregá-lo à fiscalização do Coren-SP no prazo de até 2 (dois) dias úteis após a sua realização.

2.15.7. Para inspeção *in loco*, na forma do subitem precedente, a quantidade total de visitas não poderá ser inferior a 48 (quarenta e oito) horas nem superior a 68 (sessenta e oito) horas, devendo a respectiva medição ser entregue mensalmente pela contratada para recebimento pelo Coren-SP e faturamento da parcela prevista no subitem 9.14 do ETP.

2.15.8. A contratada deverá realizar a supervisão local da execução dos serviços de montagem e instalação do novo sistema de ar condicionado, por meio de preposto (mecânico em refrigeração), que deverá monitorar o andamento da obra, reportando sua evolução ao responsável técnico da contratada e, quando for o caso, à fiscalização do Coren-SP.

2.15.9. O monitoramento a ser realizado por preposto da contratada (mecânico em refrigeração), na forma do subitem precedente, não poderá ser inferior a 440 (quatrocentos e quarenta) horas nem exceder a quantidade de 704 (setecentos e quatro) horas, devendo a respectiva medição ser entregue mensalmente pela contratada para recebimento pelo Coren-SP e faturamento da parcela prevista no subitem 9.14 do ETP.

2.15.10. Caberá à contratada a emissão de relatórios mensais, a serem entregues à fiscalização da contratação, atualizando o Coren-SP sobre o andamento das atividades de instalação e montagem do novo sistema, inclusive sobre quaisquer eventos que possam ocasionar atraso de cronograma ou elevação dos custos dos serviços.

2.15.11. Caberá também à contratada a certificação da instalação do novo sistema de climatização, por meio dos testes necessários para verificação (pré-operação e operação) de seu funcionamento adequado. Concluída a fase de testes, a contratada deverá emitir o certificado de conclusão de conformidade.

2.15.12. Atividades consultivas formalmente solicitadas pelo Coren-SP na etapa de assessoramento deverão ser concluídas, quando não necessário comparecimento ao edifício, nos seguintes prazos, admitindo-se sua prorrogação mediante solicitação e justificativa fundamentada da contratada e aprovação do Coren-SP: a) um dia útil – no caso de alta urgência (evento que cause interrupção da obra/instalação e prejuízos ao Coren-SP); b) dois dias úteis – no caso de média urgência (evento que enseje risco de interrupção da obra/instalação); c) até cinco dias úteis – no caso de baixa urgência (demais eventos).

2.15.13. Havendo necessidade de assessoramento mediante atendimento presencial no edifício, o comparecimento de agente da contratada deverá ocorrer nos seguintes prazos: a) duas horas - alta urgência (evento que cause interrupção da obra/instalação ou risco à saúde ou segurança de pessoas); b)



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

vinte e quatro horas – média urgência (evento que cause risco de interrupção da obra/instalação); c) até cinco dias úteis – baixa urgência (demais eventos).

2.15.14. Durante a etapa de assessoramento, caberá à Contratada:

2.15.14.1. Proceder ao acompanhamento dos serviços de montagem e instalação do sistema, verificando se estão sendo cumpridas todas as disposições e especificações constantes dos projetos básico e executivo, bem como do termo de referência, edital, contrato e anexos da licitação para contratação de tais serviços, fornecendo toda a assessoria técnica necessária à fiscalização do contrato;

2.15.14.2. Esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas nos desenhos, memoriais, especificações e demais elementos de projeto, bem como fornecer informações e instruções necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos;

2.15.14.3. Solucionar as dúvidas e questões pertinentes à viabilidade, prioridade ou sequência dos serviços a serem executados;

2.15.14.4. Avaliar a qualidade dos serviços e se estão sendo executados em conformidade com os projetos, com as técnicas adequadas e/ou com as normas técnicas;

2.15.14.5. Avaliar se os materiais e equipamentos a serem utilizados são adequados e aplicáveis aos serviços e se possuem as características e qualidade discriminadas nas especificações técnicas e nos projetos.

3. CONDUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Autorizações

3.1.1. Os métodos de execução dos serviços deverão ser previamente submetidos à aprovação do Coren-SP. A contratada arcará com o ônus decorrente da execução de quaisquer serviços sem a autorização formal do Coren-SP.

3.2. Horário

3.2.1. Para as atividades desenvolvidas no edifício sede, os horários disponíveis serão de segunda a sexta feira, das 07:00 às 17:00h, devendo ser previamente agendadas.

4. DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. Este memorial descritivo apresenta a metodologia de execução dos serviços sugerida pelo Coren-SP, de modo a auxiliar a contratada na elaboração dos projetos, integrando e sendo integrado pelos demais documentos anexos.

4.2. É de responsabilidade da contratada o conhecimento técnico de todas as atividades envolvidas na prestação dos serviços.

4.3. Qualquer documento técnico da licitação elaborado e divulgado pelo Coren-SP é apenas uma referência, sendo de responsabilidade das licitantes realizar o correto dimensionamento dos serviços, bem como a verificação *in loco* de medidas e interferências.

4.4. Os serviços apenas serão considerados concluídos se estiverem completos e a contento, após aprovação por escrito do Coren-SP.

4.5. A contratada deverá fornecer toda a mão de obra e todos os materiais necessários para a entrega do objeto de contratação.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 4.6.** Todo e qualquer serviço terá de ser executado por profissionais legalmente habilitados para os fins específicos, quando não for exigida a prestação de serviços por responsável técnico da contratada.
- 4.7.** O Coren-SP poderá solicitar, desde que justificadamente, a substituição de qualquer preposto da contratada, por sua conduta ou qualificação técnica, devendo tal solicitação ser prontamente atendida pela mesma.
- 4.8.** A contratada deverá desenvolver os projetos básicos e executivos, sendo devidamente registrados no CREA-SP e assinados pelo responsável técnico, a fim de viabilizar a contratação das intervenções descritas por meio de procedimento licitatório.
- 4.9.** Os projetos e suas etapas deverão ser aprovados pelo Coren-SP.
- 4.10.** Os projetos deverão ser desenvolvidos nas instalações da contratada utilizando-se de softwares devidamente licenciados.
- 4.11.** Deverão ser previstas visitas técnicas para avaliação das condições atuais e reuniões com o corpo técnico do Coren-SP para aprovação dos projetos e da metodologia a ser desenvolvida.
- 4.12.** Faz parte do escopo o correto dimensionamento dos sistemas de ventilação e rede de dutos, da infraestrutura de área seca, a elaboração de memorial técnico descritivo para contratação dos posteriores serviços, a elaboração de planilhas técnicas de quantitativos e estimativas de custos, em conformidade com o quanto dispõe o Decreto nº 7.983/2013 e outras normas técnicas de projetos aplicáveis.
- 4.13.** Para cada item componente da planilha de composição de custos – com o objetivo de se evitar divergências quanto aos critérios que permitem avaliar como concluído determinado serviço - haverá a definição dos critérios de medição para pagamento.
- 4.14.** Caberá à contratada comprovar o atendimento das etapas a cada entrega, a fim de que a fiscalização possa providenciar os recebimentos provisório e definitivo, prévios aos desembolsos financeiros previstos no cronograma da contratação.
- 4.15.** Os projetos e demais documentos serão analisados por agente ou equipe designada pelo Coren-SP. Quaisquer alterações e modificações propostas nesta análise e aprovadas pelos gestores ou fiscais do contrato deverão ser implementadas pela contratada nos documentos que compõem o objeto da contratação.
- 4.16.** A contratada responsabilizar-se-á por todo e qualquer dano que venha a causar ao Coren-SP ou a terceiros, obrigando-se a saná-los, sob pena de sanções administrativas pertinentes. Todos os elementos (construtivos, de acabamento, de instalações, etc.) integrantes e/ou existentes nas dependências do Coren-SP e danificados, mesmo que involuntariamente, deverão ser recompostos, pela contratada, às suas expensas, com os mesmos materiais e padrões de acabamento que os constituíam.
- 4.17.** O dimensionamento do sistema de dutos e de equipamentos de exaustão e insuflação de ar, painéis e cabeamentos elétricos e demais componentes é de responsabilidade integral da contratada, devendo levar em conta parâmetros técnicos fornecidos pela equipe do Coren-SP e a legislação aplicável.

São Paulo, 07 de maio de 2024.

(página de assinaturas abaixo)



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Viviane
Vanessa
de Sousa

Assinado de forma
digital por Viviane
Vanessa de Sousa
Dados: 2024.05.07
17:35:18 -03'00'

Viviane Vanessa de Souza, Coordenadora, GEAD/Coren-SP, matrícula 539

Renato
Christian
Garcia da
Silva

Assinado de forma digital por Renato
Christian Garcia da Silva
Dados: 2024.05.07 18:23:58 -03'00'

Renato Christian Garcia da Silva, GEAD/Coren-SP, matrícula 949

Gregory Ratti

Assinado de forma digital
por Gregory Ratti
Dados: 2024.05.08 19:46:16
-03'00'

Gregory Ratti, Assessor II, SPC/GCC/Coren-SP, matrícula 1195

Brenda Marjorie
Gregoratto Lee

Assinado de forma digital por
Brenda Marjorie Gregoratto Lee
Dados: 2024.05.08 18:23:41
-03'00'

Brenda Marjorie Gregoratto Lee, Gerente/GCC/Coren-SP, matrícula 1222

